

Informação da V Conferência Ministerial da OMC

Pontes Diário de Cancún é editado em Inglês, Francês, Espanhol, Alemão, Português, Chinês e Russo e estão disponíveis no website: www.ictsd.org

No. 1

10 Setembro, 2003

CONFERÊNCIA DE CANCÚN: A ENTRADA EM CENA

Os membros da OMC reúnem-se em Cancún para a V Conferência Ministerial, de 10 a 14 de Setembro. No geral, os países estão em desacordo em praticamente todos os temas da agenda, mas a maior discordância regista-se na forma de encarar os desequilíbrios no comércio agrícola, a introdução de melhorias no acesso aos mercados de bens industriais, e na decisão de avançar ou não as negociações relativas aos chamados “temas de Singapura”, ou seja, o investimento, política de concorrência, transparência nas compras públicas e na facilitação do comércio.

A 9 de Setembro, 21 países em vias de desenvolvimento tornaram claro aos ministros do comércio de que o sucesso da Conferência Ministerial de Cancún depende da forma como forem tratados os objectivos globais para a agricultura, em simultâneo com o esboço do texto actualmente na mesa. Também na véspera da Conferência foi uma Aliança sobre Produtos Estratégicos (PE) e Mecanismos Especiais de Salvaguarda (MES) – que reúne 23 países em vias de desenvolvimento – publicou um comunicado que realça a vulnerabilidade dos pequenos e pobres agricultores de todo o mundo e a sua necessidade de medidas especiais para o apoio à sua segurança alimentar e meios de subsistência.

Esta movimentação deu o tom para o passo seguinte: a agricultura já emergiu como o tema do “tudo ou nada” de uma conferência que chegou a ser descrita como um simples exercício de inventariação de posições que acabaria por reenviar as questões de substância para mais negociações em Genebra.

A reunião será dirigida pelo ministro mexicano de Relações Exteriores, Luis Ernesto Derbez. Ele nomeará facilitadores para seus assistentes: ministros seniores que desempenharão funções gerais, assim como os chamados “amigos do presidente”, para facilitar as negociações em temas específicos. O presidente anunciará os seus nomes apenas no início da reunião. A agenda inclui uma revisão das actividades da OMC, que servirá de base ao trabalho sobre a versão provisória da Declaração Ministerial cobrindo todos os temas relevantes. A agenda também propõe a eleição de responsáveis e a discussão das datas e locais para a próxima conferência ministerial. A juntar a isto, ficou como um ponto separado a proposta de quatro países produtores de algodão da África Ocidental para se tratar problemas relativos a subsídios ao algodão.

O Texto Ministerial

Ao decidir sobre estas questões, os ministros terão diante de si um texto ministerial provisório, que enuncia decisões para todas as áreas. O texto apresenta um quadro geral, deixando objectivos, calendários e prazos em branco; o grau de ambição da liberalização do comércio de bens agrícolas e industriais dependerá do que os membros da OMC vão preencher nos espaços em branco depois de Cancún, em negociações mais recatadas na sede da OMC em Genebra. Os membros da OMC ainda não subscreveram o texto ministerial provisório e os seus sete anexos, que foram enviados para Cancún não como um texto acordado ou que reflecta todas as posições, mas à responsabilidade pessoal do embaixador Carlos Pérez del Castillo, como presidente do Conselho Geral. Numa nota prévia, o embaixador, com o director-geral, destacou áreas em que persistem grandes desacordos. O processo originou críticas, sobretudo de alguns países em desenvolvimento e de organizações da sociedade civil, por falta de transparência e de legitimidade. Com o texto sobre agricultura submetido pelo G21 como proposta, tomar como base das negociações o texto do Presidente parece algo duvidoso.

Agricultura

Acima de tudo, o êxito das negociações de Cancún depende de os membros da OMC chegarem ou não a acordo sobre as “modalidades”, ou parâmetros, para negociar novas taxas aduaneiras e cortes de subsídios na área da

agricultura (o que tinha como prazo 31 de Março último). Perante as realidades políticas experimentadas desde há vários meses, será apresentada aos ministros do Comércio em Cancún apenas um texto de enquadramento para estabelecer modalidades na agricultura, deixando para mais tarde a difícil tarefa de preencher os pormenores – como as fórmulas-base para cortes de subsídios. O actual esboço do texto sobre agricultura apresentado aos ministros para discussão foi modelado após a apresentação de um documento conjunto elaborado, em meados de agosto, pelos EUA e pela UE. O actual esboço é mais fraco e muito menos detalhado do que as propostas prévias consideradas pelos negociadores baseados em Genebra (que não conseguiram nenhum acordo), e não contém prazos ou números para os cortes nos subsídios. Enquanto o documento conjunto da UE-EUA, pela primeira vez em três anos e meio de negociações, é considerado um considerável esforço de consolidação de posições no interior da OMC, o quadro de referência para o texto sobre agricultura aí apresentado é considerado, em grande medida, um espelho das posições anteriores de ambos os blocos.

Os EUA e a UE, dois actores fundamentais, apresentaram diferentes desenlaces para o espectro da reforma agrícola. Os EUA favorecem aberturas significativas nos mercados e cortes nos sistemas de apoio e de subsídios à exportação. A UE tem divisões internas para solucionar, no que diz respeito aos seu sistema de apoio e subsídios à exportação, e aponta o dedo a outras formas de apoio à exportação dadas aos agricultores dos EUA. O grupo de “Cairns” que reúne 17 países exportadores de bens agrícolas, incluindo a Austrália e o Brasil, estão fortemente comprometidos com um sistema de comércio agrícola fortemente orientado para o mercado. Num estágio já avançado das negociações, alguns países em desenvolvimento que favorecem uma substancial liberalização na agricultura – incluindo a Índia e o Brasil – formaram um grupo chamado “G20” (agora “G21”). A UE, a Suíça, a Noruega, o Japão e as Maurícias, apelidados os “Amigos da Multifuncionalidade”, continuam a pressionar a introdução de considerações não-comerciais tais como a protecção ambiental e o bem-estar animal. Muitos países em vias de desenvolvimento, importadores líquidos de alimentos, apelam para um tratamento especial e diferenciado (E&D), nomeadamente prazos mais longos e reformas menos radicais para os países mais pobres, por forma a proteger os meios de subsistência das suas populações rurais mais vulneráveis contra as importações de alimentos de baixo preço, oriundos de países que praticam subsídios à exportação.

Tentativas de dar atenção a alguns “temas de interesse mas não acordados” listados no esboço do texto quadro – incluindo temas altamente contenciosos, como a extensão da chamada “cláusula de paz” ou os indicadores geográficos para outros produtos que não os vinhos ou bebidas espirituosas – poderão abrir a caixa de Pandora e, possivelmente, encerrar o processo num impasse.

Acesso ao mercado de produtos não agrícolas

Muitos membros associam progresso na descida das taxas sobre bens industriais (acesso ao mercado para produtos não agrícolas) a avanço nas negociações da agricultura. A UE, os EUA e o Canadá apresentaram, em Agosto, uma proposta ambiciosa, que visava reduzir muito as taxas para produtos industriais em todo o mundo. Isto foi rejeitado liminarmente pelos países em desenvolvimento. Não há consenso sobre um compromisso proposto depois pelo grupo negociador da OMC para os bens industriais, com um quadro para as negociações das modalidades em Cancún. Os países em desenvolvimento opõem-se à exigência de cortes maiores nas suas taxas elevadas, enquanto os outros países sentem que se tem de ir mais longe. O impasse nas conversações sobre bens industriais deve-se em grande parte à relutância dos países em desenvolvimento em acordarem prazos ou extensão dos cortes nas taxas enquanto as negociações da agricultura não progredirem.

Os temas de Singapura

Um dos mandatos mais importantes dos ministros em Cancún é decidirem — “por consenso explícito” — se começam as negociações sobre os temas de Singapura. O resultado dessa decisão depende muito de quais serão as modalidades e, para alguns países em desenvolvimento, do progresso nas áreas da agricultura, das questões de implementação e da revisão de provisões para o tratamento E&D para os países em desenvolvimento.

A maioria dos países em desenvolvimento crêem que os temas de Singapura lhes trariam mais custos que benefícios. Entre eles contam-se o Grupo Africano e os países menos desenvolvidos e a Índia, o Paquistão, Cuba e outros, que se opõem com determinação a iniciar conversações nestas áreas. Outros, em particular a CE e o Japão, pressionam a favor das negociações

Reflectindo estas posições diametralmente opostas, o texto ministerial provisório oferece duas alternativas para os quatro temas. A primeira seria iniciarem-se negociações com base em modalidades postas em anexos ao texto. Estes anexos estão fortemente baseados em propostas da CE e do Japão. A Índia e 11 outros países em desenvolvimento objectaram energicamente a que os anexos das modalidades do tema de Singapura fossem enviados aos ministros, argumentando que estes reflectiam unilateralmente a abordagem da CE e do Japão. O presidente do Conselho Geral da OMC enviou o texto provisório aos ministros com uma carta de apresentação em que sublinhava as posições opostas. A outra opção — sem anexos — seria apenas os ministros notarem que as discussões até agora não dão uma base para começar negociações, e que a clarificação dos temas deveria continuar nos órgãos relevantes da OMC.

Implementação, Tratamento Especial e Diferenciado (E&D)

A versão provisória do texto ministerial foi decepcionante para os países em desenvolvimento no que toca aos esforços para corrigir os diversos desequilíbrios no sistema de comércio multilateral — nomeadamente preocupações relacionadas com a implementação e o subconjunto de cláusulas de tratamento especial e diferenciado. Sobre implementação, a versão refere simplesmente que foi feito “algum” progresso, e instrui os órgãos relevantes da OMC para “redobrar” os esforços para encontrar soluções.

Sobre E&D, o esboço propõe, para começar, a adopção de 24 cláusulas. Mas a maioria dos países em desenvolvimento considera a vasta maioria destas cláusulas como sendo versões camufladas das propostas originais, possuindo um valor económico dúbio. O destino de outras 60 propostas que estão na mesa, bem como o prazo e conteúdo exacto do programa de trabalhos pós-Cancun, ainda não foi determinado.

Ambiente

Embora não existam prazos significativos para o ambiente em Cancún, especulou-se que a UE poderia levantar a questão para servir como moeda de troca. A UE, com a Suíça, tem sido o principal proponente nesta área. A pressão que a UE exerceu no final de Agosto para que os ministros em Cancún formalizem a participação nas negociações dos secretariados dos acordos ambientais multilaterais (AAMs) encontrou a resistência do Egipto e dum grupo de países em desenvolvimento, os quais preferem discutir a questão do estatuto de observador no Conselho Geral. As negociações sobre a relação entre as regras da OMC e AAMs tem estado maioritariamente focada em quais as cláusulas de certos AAMs que se qualificam como obrigações comerciais específicas (OCEs). Neste ponto, a UE e a Suíça preferem uma interpretação alargada de OCEs. As negociações sobre a relação AAM-OMC serão o alvo principal do escrutínio pela sociedade civil, já que muitos grupos se têm mostrado preocupados com a possibilidade de estabelecimento de uma hierarquia no comércio internacional e nos regimes ambientais pela colocação das regras da OMC acima das dos AAMs. As conversações sobre bens ambientais estão em estágio de elaboração de uma definição, aguardando propostas dos países em desenvolvimento que poderiam fazer a agenda andar para a frente. As conversações sobre serviços

ambientais estão a decorrer em processos bilaterais de pedido-oferta.

Serviços

Alguns países em desenvolvimento são da opinião que a ênfase das negociações tem sido colocada no acesso aos mercados, incluindo o processo de procura e oferta, sem a devida atenção ao conjunto das regras, nomeadamente as referentes ao diagnóstico e subsídios. Para muitos países em vias de desenvolvimento (PVD), os países desenvolvidos, nas suas ofertas iniciais de abertura dos mercados, cederam muito pouco, especialmente no que respeita à abertura dos seus países à força de trabalho estrangeira — uma área de interesse fundamental para os PVD. O esboço do texto para os ministros, a ser deliberado em Cancún, apela para a intensificação das negociações, e “toma nota” dos receios dos PVD em relação aos movimentos da força de trabalho.

Algodão, Direitos de Propriedade Intelectual e outros temas

Também em negociação estão temas com as regras de comércio, os Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (TRIPs), solução de conflitos, e outros tópicos mais pequenos. Duas questões que inspiram cuidado aos PVD percorreram já um longo percurso no esboço do texto ministerial: a discussão em torno da “crise das mercadorias” (*commodity crisis*), isto é, o facto de que muitos PVD dependem de um número restrito de mercadorias, e enfrentam problemas relacionados com os declínios de longa duração e as grandes flutuações no preço das mercadorias. Somente uma única e inacabada frase faz menção à iniciativa lançada por quatro países da África Central e Ocidental, exportadores de algodão, que apela a uma rápida eliminação dos subsídios ao algodão.

TRIPs e Saúde Pública

Para lá da Conferência, a OMC evitou à justa uma catástrofe nas relações públicas ao conseguir um acordo em 30 de Agosto acerca das condições em que os países sem capacidade de produção podem importar, do estrangeiro, versões genéricas de medicamentos patenteados. Partir para Cancún sem esse acordo teria tido consequências desastrosas para uma “ronda do desenvolvimento” já em risco. Agora, o acordo é apresentado como um sinal de boa vontade e progresso nas negociações.

Na Agenda

Os Delegados encontram-se a 10 de Setembro para a sessão inaugural da Conferência. O Presidente Mexicano Vicente Fox, o Ministro Derbez, o Director Geral da OMC Supachai Panitchpakdi, o Secretário Geral das Nações Unidas Kofi Annan, e o Presidente do Conselho Geral da OMC Carlos del Castillo proferirão algumas apresentações introdutórias. Espera-se também que os Membros adoptem a agenda, acordem as modalidades de trabalho e profiram apresentações gerais. Deverão ainda considerar a introdução de um novo item na agenda, por proposta de quatro países da África Ocidental produtores de algodão, relacionado precisamente com os subsídios ao algodão.

O ICTSD e o Colégio do México organizarão de forma conjunta o Simpósio de Cancún sobre Comércio e Desenvolvimento (SCCD) no Hotel Grand Melia nos dias 11-12 de Setembro de 2003. O SCCD é aberto ao público, sem necessidade de acreditação junto da OMC. Serão facilitadas traduções do Inglês para o Espanhol e Francês.

www.ictsd.org/ministerial <http://pontes.oikos.pt>

Actualizações diárias do PONTES, serão disponibilizada no sítio web. Podem ainda ser consultados outras informações, notícias sobre eventos, documentos de análise e as reacções à Conferência. A Versão Portuguesa do PONTES será também disponibilizada em formato papel aos negociadores dos países lusófonos presentes na Conferência de Cancún.



O DIÁRIO PONTES é um serviço de notícias abrangendo os temas do Comércio e Desenvolvimento por ocasião da V Conferência Ministerial da OMC em Cancún, México. A publicação tem um foco nas notícias, actividades e negociações em torno da Conferência dos dias 10-14 de Setembro, na medida em que se relacionam com o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável. O DIÁRIO PONTES (<http://pontes.oikos.pt>) é produzido pela FGV (Brasil) e OIKOS (Portugal) a partir da versão Inglesa “BRIDGES Daily updates” feita em Cancún por pessoal do ICTSD, sob a direcção de Ricardo Meléndez-Ortiz. Versões em outras línguas são produzidas pelo ICTSD em colaboração com a FFLA & CINPE (Espanhol); ENDA-tiers-monde (Francês); Germanwatch (Alemão); ICTSD (Chinês); e Eco-Accord (Russo). Para mais informações contactar: Suíça. Eduardo Escobedo (ICTSD) : eescobedo@ictsd.ch (Tel.: +41.22.9178232); Brasil. Marcelo Pompermyer (FGV): mpomper@fgv.br (Tel.: +55. 21.2553 8805); Portugal. João Fernandes (OIKOS): jifernandes@oikos.pt (Tel.: +351.21.882 36 30) e no sítio: www.ictsd.org